

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 63

Data: 29 de agosto de 1982

Pg.: _____



O ministro deve integrar Conselho.

Carajás terá participação de Venturini

O ministro para Assuntos Fundiários, general Danilo Venturini, deverá integrar logo o conselho interministerial que controla o Programa Grande Carajás, segundo admitiu no Rio o secretário-executivo do projeto, Nestor Jost: "Temos crescentes problemas de terra naquela área e é natural que essas questões passem a ser tratadas pela Pasta criada com esse objetivo", afirmou ele.

Segundo Jost, "a participação do novo ministro no Conselho não vai alterar a sua estrutura de modo a deixar o controle do projeto integralmente subordinado ao general Venturini. Ele cuidará apenas da parte que compete ao seu Ministério, continuando os demais a atuar sobre as suas respectivas áreas, o da Agricultura sobre os empreendimentos agrícolas, o das Minas e Energia sobre a produção mineral, etc."

IGREJA COMENTA

A criação do Ministério da Terra, entregue ao general Danilo Venturini — que desempenhará também a função de secretário do Conselho de Segurança Nacional —, foi recebida com ceticismo por grande parte dos bispos que compõem o Conselho Permanente da CNBB, uma espécie de "alto comando" da Igreja, cujas decisões só podem ser revogadas pela assembléia geral dos bispos.

Do total descrédito como o manifestado por dom Celso Queirós, bispo-auxiliar de São Paulo, à esperança de que o Ministério demonstre "intencões de solucionar o problema", como disse dom José Patrício Hanrahan, da diocese de Conceição do Araguaia, Sul do Pará — área de maior concentração de conflitos fundiários —, os bispos reunidos durante esta semana em Brasília foram cautelosos ao falar sobre a criação do novo Ministério.

O presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, que preside também o Conselho Permanente, não quis fazer previsões, preferindo anunciar seus desejos: "Que se cumpram realmente as sábias disposições do Estatuto da Terra; que nos exames das situações conflitivas existentes não se pense logo em recorrer à Lei de Segurança Nacional, e que na solução dos urgentes casos concretos se estude a corajosa revisão do modelo fundiário do Brasil."

Dom Celso Queirós, integrante da Comissão Episcopal de Pastoral (CEF) e do Conselho Permanente, acha que "o grande problema não é ter o Ministério da Terra, é decidir dividir a terra. Como o grande problema do Brasil não é ter ou não um Ministério da Justiça, e sim a Justiça. A criação do Ministério é uma forma de burocratizar o problema, de burocratizar uma questão simples".

"Nós vivemos num país de oito milhões de quilômetros quadrados, onde não há terra para o homem do campo. Então — disse dom Celso —, a solução do problema agrário não virá com a criação de um ministério, porque a questão agrária é uma questão de opção de modelo econômico.

Na mesma linha de dom Celso Queirós, o bispo-auxiliar de Curitiba, dom Albano Cavallin, considera que "o governo brasileiro fez uma opção pelo capitalismo, pela aliança com grupos econômicos, e neste contexto só poderia haver paliativos com relação ao assunto terra. Depois da condenação dos padres franceses, o governo tão cedo não vai conseguir enganar novamente a Igreja".

Além do ceticismo, os bispos também criticaram a vinculação do novo Ministério à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. O bispo de Uberlândia, dom Benedito Ulhoa, disse que "gostaria de acreditar na mudança da estrutura fundiária do País com a criação do novo Ministério. O Ministério vem mostrar que o governo, teoricamente, reconheceu a gravidade da situação fundiária no Brasil. Tem, porém, que as soluções sejam inspiradas na Lei de Segurança Nacional, não na Justiça, como vem acontecendo até agora".

Vivendo numa região onde atualmente existem 60 conflitos pela posse da terra e as emboscadas e assassinatos fazem parte do dia-a-dia dos posseiros e pessoas ligadas ao trabalho da Igreja, o bispo de Conceição do Araguaia, dom José Patrício Hanrahan, preferiu dar um voto de confiança ao novo Ministério, dizendo que prefere esperar "as opções e intencões".

Dom Patrício reconhece que a situação na área do Araguaia "está melhorando", mas faz uma ressalva: "O problema está longe de ser resolvido". Para o bom desempenho do novo Ministério, o bispo de Conceição do Araguaia sugere a aplicação, "na íntegra", do Estatuto da Terra, "que é uma lei de reforma agrária".